

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.350 - DF (2019/0287078-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : COOPERATIVA HABIT DO PESSOAL DA CAIXA ECON FEDERAL
LTDA
ADVOGADOS : EDUARDO DE BARROS PEREIRA - DF013529
LUCIANA FERREIRA GONÇALVES - DF015038
AGRAVANTE : ALIANCA EMPRESARIAL ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO : EDUARDO DE BARROS PEREIRA - DF013529
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMPREITADA. CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO DE APARTAMENTOS. RESOLUÇÃO DO CONTRATO. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. REDISTRIBUIÇÃO. REVOLVIMENTO DOS ASPECTOS FÁTICOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). CÁLCULO COM BASE NO VALOR DA CONDENAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. HONORÁRIOS. IRRISORIEDADE. MAJORAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO POR ALIANÇA EMPRESARIAL ENGENHARIA LTDA. E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto por ALIANÇA EMPRESARIAL ENGENHARIA LTDA., com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim ementado (e-STJ, fl. 921):

APELAÇÃO CÍVEL. EMPREITADA. CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO DE APARTAMENTOS. RESOLUÇÃO DO CONTRATO. APLICAÇÃO DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL. MORA NA ENTREGA DA OBRA. MULTA CONTRATUAL. CABIMENTO. LUCROS CESSANTES INDEVIDOS.

1. Incabível o pedido de resolução do contrato de empreitada quando a obra está 99,767% concluída.

Aplicação da teoria do adimplemento substancial.

2. Verificado o inadimplemento contratual da construtora, cabível o pagamento de multa pelo atraso na entrega do empreendimento.

3. Demonstrado o pagamento pela autora de taxas e IPTU das unidades imobiliárias destinadas à ré como parte do pagamento dos

serviços, oportuna o ressarcimento da quantia paga, a fim de evitar o enriquecimento indevido da proprietária dos imóveis.

4. Descabidos os lucros cessantes no caso, uma vez que o atraso na entrega do empreendimento, em tese, provocou danos aos cooperados que adquiriram as unidades imobiliárias, e não à cooperativa, que sequer possui legitimidade ativa para requerer os supostos prejuízos sofridos por seus cooperados.

5. Apelação da autora conhecida em parte e, nesta parcela, provida parcialmente. Apelação da ré prejudicada.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 981-988).

Em suas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 1.030-1.040), a agravante alegou violação aos arts. 85, § 2º, e 86 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentou, em síntese, que os ônus sucumbenciais foram distribuídos de maneira equivocada, bem como os honorários advocatícios foram fixados em valor irrisório.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando a insurgente a interpor o presente agravo.

Contraminuta não apresentada (e-STJ, fls. 1.157-1.159).

Brevemente relatado, decido.

De plano, vale pontuar que os recursos em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

No que concerne à distribuição dos ônus sucumbenciais, o Tribunal de origem consignou o seguinte (e-STJ, fl. 927):

Em decorrência, redistribuo os ônus da sucumbência, na forma do art. 86, *caput*, do CPC, cabendo à autora 70% e à construtora ré 30% das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC.

Contudo, é aplicável o óbice da Súmula 7/STJ, pois a "revisão da distribuição dos ônus sucumbenciais, com o intuito de perquirir eventual sucumbência recíproca dos litigantes, envolve ampla análise de questões de fato e de prova, consoante as peculiaridades de cada caso concreto" (AgRg no AREsp n. 438.370/PR, Rel. Min. Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 24/2/2015, DJe 4/3/2015).

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. REAJUSTE DE 28,86%. ANUÊNIOS. BASE DE CÁLCULO. IMPOSSIBILIDADE. BIS IN IDEM. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. REDISTRIBUIÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. [...] 2. Aferir, no caso, a proporção do decaimento de cada parte de modo a concluir pela ocorrência de sucumbência recíproca ou mínima exigiria nova análise de aspectos fáticos da causa, providência vedada em recurso especial devido ao óbice da Súmula 7/STJ. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp n. 1.518.515/PR, Relator o Min. Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 28/11/2017, DJe 5/12/2017)

No tocante ao critério de fixação dos honorários advocatícios, a Segunda Seção do STJ firmou o entendimento de que deverá ser adotada uma ordem de preferência, qual seja, o valor da condenação, quando esta estiver presente, o valor do proveito econômico obtido pelo vencedor, quando este puder ser constatado, ou o valor atualizado da causa. Assim, quando inviável a aplicação de algum desses parâmetros, a verba sucumbencial será arbitrada segundo a apreciação equitativa do Magistrado.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no

CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido. (REsp n. 1.746.072/PR, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Rel. para o acórdão Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, julgado em 13/2/2019, DJe 29/3/2019)

No caso dos autos, o Tribunal local, em harmonia com a jurisprudência desta Corte, fixou os honorários advocatícios com base no valor da condenação.

Desta forma, inarredável a aplicação da Súmula n. 83/STJ a obstar a análise do reclamo.

Em relação ao *quantum* fixado da verba honorária, é preciso frisar que esta Corte Superior possui o entendimento jurisprudencial no sentido de considerar inviável a revisão, por meio do julgamento do recurso especial, do quantitativo dos honorários estabelecidos, pois tal conclusão decorre de uma análise específica dos fatos ocorridos durante a marcha processual, na qual o julgador avalia o trabalho desenvolvido pelo patrono e a complexidade da causa, a fim de fixar o percentual que considera correto.

Aplicável o óbice imposto pela Súmula n. 7/STJ, sendo inviável a majoração dos percentuais estabelecidos para a verba sucumbencial.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ARTS. 2º, 128, E 460 DO CPC. NÃO PREQUESTIONAMENTO. NÃO DEMONSTRAÇÃO. ENUNCIADOS 282 E 284 DA SÚMULA/STF. INDENIZAÇÃO. OBRIGATORIEDADE. REEXAME. ENUNCIADOS 5 E 7 DA SÚMULA DO STJ. ARTS. 46 E 47 DO CDC. APLICAÇÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO. CONTRATAÇÃO DO SEGURO. REFORMATIO IN PEJUS. NEGATIVA DE COBERTURA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. As matérias constantes dos arts. 2º, 128, e 460 do CPC não foram objeto de debate pela Corte de origem e a agravante não esclarece os motivos de reforma do julgado proferido pela Corte de origem.

Incidência das Súmulas 282 e 284/STF.

2. O Tribunal de origem entendeu pela obrigatoriedade de indenizar e a revisão da conclusão esbarra no óbice das Súmulas 5 e 7/STJ.

3. As razões elencadas pelo Tribunal de origem não foram devidamente impugnadas. Incidência do enunciado 283 da Súmula/STF.

4. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência pacífica desta Corte.

5. Esta Corte tem entendimento de que a correção monetária tem incidência a partir da contratação do seguro. Para que não se opere a reformatio in pejus, mantida a correção a partir da negativa de cobertura.

6. Inviável a avaliação da proporção do decaimento das partes, para revisão da verba honorária, por aplicação da Súmula 7/STJ.

7. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 421.805/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2015, DJe 10/08/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VERBA HONORÁRIA. VALOR ÍNFIIMO. SÚMULA 7/STJ.

1. "O afastamento excepcional do óbice da Súmula 7/STJ, para permitir a revisão dos honorários advocatícios em sede de recurso especial quando o montante fixado se revelar irrisório ou excessivo, somente pode ser procedido quando o Tribunal a quo expressamente indicar e valorar os critérios delineados nas alíneas "a", "b" e "c" do art. 20, § 3º, do CPC/73, conforme entendimento sufragado no julgamento do AgRg no AREsp 532.550/RJ" (AgRg no REsp 1.535.484/AL, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 26/4/2016).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1564680/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 27/03/2017)

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial interposto por ALIANÇA EMPRESARIAL ENGENHARIA LTDA. e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte agravada em 2% sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília, 07 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator